

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 20 A 26 DE ABRIL DE 1982
Nº 182 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238. São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

EDITOR DO ACONTECEU

Rubem Thomaz de Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio Mercadante Oliva

Carlos Cunha

Carlos Rodrigues Brandão

Heloísa Martins

Jether Ramalho

Letícia Cotrim

Neide Esterici

Paulo Ayres Matos

Paulo Cezar Botas

Rubem T. de Almeida

Zwinglio Mota Dias

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

JULGADO DISSÍDIO COLETIVO DOS 5 SINDICATOS METALÚRGICOS: 7%
Protegido por um pequeno corpo de segurança armado, que revistava quase todas as pessoas na portaria (inédito naquela corte), e mantendo sua tendência jurisprudencial, o TRT de São Paulo julgou ontem à tarde o dissídio coletivo dos metalúrgicos de São José dos Campos, Santa Bárbara D'Oeste, Itu, Ribeirão Preto e São Bernardo do Campo (SP), fixando em 7% o índice de aumento real acima do INPC de abril e determinando o salário normativo da categoria em cerca de Cr\$ 16.850,00. Além desses dois itens, o tribunal concedeu outras 16 reivindicações sociais e econômicas aos trabalhadores. A sentença do TRT, entretanto, não chegou a agradar nenhuma das partes. Os empresários da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) deverão recorrer ao TST, pois entendem que o índice fixado pelos juizes não corresponde à realidade das empresas. Já os representantes dos cinco sindicatos de trabalhadores deverão pleitear a elevação do salário normativo, uma vez que a maioria dos trabalhadores já recebe acima dessa quantia. (ESP - 21/4/82)

SANTO ANDRÉ TEM DÉFICIT, DIZ SINDICALISTA

Sanear as finanças do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP) - "que está com um rombo de mais de vinte milhões" - é uma das principais metas da nova diretoria eleita na semana passada, segundo seu presidente Miguel Rupp. Ontem, na sede do sindicato, o presidente elogiou a atuação do interventor Guaraci Sampaio, "por ter garantido uma eleição livre e democrática", e disse que a responsabilidade pelo déficit nas contas da entidade cabe à junta governativa presidida por Antônio Morales. Rupp anunciou a atuação da nova diretoria, que será pautada pela luta contra o desemprego, o "pacote" da Previdência, a legislação discriminária - "principalmente a Lei de Segurança Nacional" - e pela reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (FSP - 23/4/82)

FORUM DE DEBATES DE QUESTÕES SINDICAIS

O Fórum de Debates de Questões Sindicais divulgou ontem mensagem aos trabalhadores de São Paulo, saudando-os pela passagem do 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Após lembrar que a data é um marco histórico na vida dos trabalhadores, que geram riquezas e delas não participam, a mensagem destaca que é preocupante a atual conjuntura nacional: "a ação das empresas multinacionais, o desemprego, o subemprego, o aumento diário do custo de vida, a inflação incidindo sobre os salários insuficientes, os aluguéis extorsivos, a legislação trabalhista e previdenciária em colapso". Conclamando os trabalhadores a prestigiarem os atos programados pelas entidades em comemoração ao 1º de Maio, a mensagem lembra que a data "não é de festa, mas sim uma afirmativa de que a liberdade é um direito, compreendida como a satisfação material e espiritual dos trabalhadores". (FSP - 23/4/82)

DIFICULDADES EM JUNDIAÍ (SP)

É muito difícil a situação dos 280 empregados da Fábrica de Tecidos São Bento, em Jundiaí, com as atividades paralisadas desde outubro do ano passado e os trabalhadores sem receber vencimentos, embora comparecendo diariamente à empresa, para guarda de seu patrimônio, depois de entendimentos com o Sindicato dos Têxteis. Os empregados constituíram uma comissão para arrecadação de fundos e coleta de mantimentos junto à população. A Câmara Municipal de Jundiaí constituiu uma comissão para tra-

tar do problema junto ao BNDE, que assumiu os encargos da empresa. Segundo o presidente dessa comissão, contatos também serão mantidos com os ministros do Planejamento e do Trabalho, para exame do problema. (ESP - 22/4/82)

DOCENTES PROPÕEM REVISÃO DE DEMISSÕES

A diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (Adunicamp), em São Paulo, propõe ao recém-empossado reitor José Aristodemo Pinotti que reveja as demissões dos 15 funcionários e o afastamento dos 6 diretores de institutos punidos pela própria Reitoria, em outubro do ano passado, em consequência do amplo movimento desencadeado por professores, funcionários e estudantes, que pretendiam participar do processo de sucessão ao cargo de reitor. Essa proposta, o presidente da Adunicamp, teria feito publicamente ao prof. Pinotti se tivesse permissão para falar na solenidade de posse, segunda-feira passada. Ontem, o representante docente divulgou o discurso que havia preparado. Nele, estão contidas propostas que a diretoria da Associação considera importante para "avançar na direção de uma solução democrática da crise em nossa Universidade". (FSP - 24/4/82)

AINDA A LUTA DOS EMPREGADOS DA COFERRAZ

Reunidos ontem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, cerca de 700 operários da Siderúrgica Coferraz decidiram eleger uma comissão de 70 empregados que, na próxima segunda-feira estará deslocando-se para Brasília, a fim de "exigir uma entrevista com o ministro do Trabalho". A comissão levará, ainda, um documento a ser entregue ao presidente da República e a deputados e senadores, mostrando a situação dos trabalhadores daquela empresa, que não recebem salários desde o mês de fevereiro e estão sem trabalhar desde março. A Coferraz está com pedido de concordata preventiva, na Justiça. (ESP - 22/4/82)

ENCONTRO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS...

Cerca de 250 empregadas domésticas reuniram-se na tarde de ontem em uma das salas do Colégio Assunção, no Jardim Paulista (SP), para festejar o seu dia, em comemoração organizada pela Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo. Todas reivindicaram o reconhecimento de sua profissão, já incluída no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) mas que não consta da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O reconhecimento será reivindicado em um longo documento que uma comissão de domésticas entregará ao ministro do trabalho, ainda esta semana, possivelmente amanhã, dia de Santa Zita, a padroeira das empregadas domésticas. A falta de reconhecimento, diz a secretária da entidade, faz com que a profissão de doméstica seja penosa e discriminada. (FSP - 26/4/82)

... PEDEM RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO

As empregadas domésticas, de acordo com os documentos emitidos nos quatro encontros nacionais que realizaram até hoje, somam cerca de dois milhões de pessoas em todo o País - um contingente que avaliam em 1/3 da força de trabalho feminina. São argumentos que levaram à elaboração de uma moção, até ontem subscrita por cinco sindicatos de trabalhadores do Estado e a ser entregue ao ministro do Trabalho, pedindo o reconhecimento da profissão. A medida, uma vez adotada, proporcionaria às empregadas nada além das garantias asseguradas aos demais trabalhadores: salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho, pagamento de 13º salário, aviso prévio de demissão, desconto de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, salário família, descanso semanal remunerado e 30 dias de férias por ano. O registro permitido em lei desde 1973 dá às empregadas

domésticas a vinculação ao sistema previdenciário e direito a 20 dias de férias por ano. "Uma grande parte dos patrões, por exemplo, só permite que a empregada folgue uma vez a cada 15 dias, ou então apenas aos domingos após servir o almoço", argumentou a secretária da entidade. (FSP - 26/4/82)

TRABALHADORES RURAIS

NOVA VERSÃO SOBRE CONFLITO RECENTE EM XINGUARA

A polícia do Pará já tem uma versão para o conflito de terras ocorrido na semana passada, em Xinguara, no sul do Estado: o único morto era um posseiro, não houve oito feridos, a sede da fazenda não foi atacada e não há nenhum membro da Igreja envolvido na questão. O episódio pode ter sido "superdimensionado". Segundo o delegado que cuida do caso, o conflito ocorreu devido a indefinição do litígio entre 24 posseiros e o proprietário da fazenda, Alípio Cardoso. O delegado nega ter havido um ataque à sede da fazenda, mas apenas tiroteio em uma trilha longe da casa. A polícia apurou que não houve oito pessoas feridas, como chegou a ser anunciado, e também não encontrou qualquer vínculo entre o choque e a atuação de membros da Igreja, conforme denúncia divulgada pela Empresa Brasileira de Notícias - EBN - com base em informações do Gêtat. O inquérito vai procurar esclarecer o assassinato do meeiro, não tratando da parte fundiária, que está sub judice. (ESP - 24/4/82)

SETE PRESOS NO PARÁ

A polícia do Pará já prendeu sete posseiros envolvidos no conflito ocorrido na semana passada no sul do Estado, em Xinguara, quando uma pessoa morreu. Todos serão encaminhados hoje para Conceição do Araguaia. Dos presos, cinco moravam na fazenda Santa Cruz, mas dois eram de outra área. Entre os presos de ontem encontra-se Jerônimo, acusado de ser um dos líderes da emboscada. Mas é provável que todos os posseiros, depois de ouvidos em Conceição do Araguaia, sejam libertados. (ESP - 21/4/82)

SITUAÇÃO TENSA NO SUL DO PARÁ

A polícia diz que a situação em toda a área da rodovia Xinguara-Conceição do Araguaia está muito tensa. Acreta-se que o próximo conflito pode estourar na Fazenda Mac-dônia, próxima da Santa Cruz, mas alguns advogados da região garantem que o problema é generalizado, e que um dos focos mais graves é o da Fazenda Tupaciretã, onde, este ano, houve tiroteios entre posseiros e pistoleiros da fazenda, durante uma semana inteira. A própria polícia já admite que pistoleiros estão realmente agindo na área, inclusive na Fazenda Santa Cruz. E prevê mais problemas: em toda a comarca de Conceição do Araguaia não há representante da Justiça. O último juiz deixou a função há quase um ano e até agora não foi nomeado seu substituto. (ESP - 20/4/82)

MAURO DEFENDE AÇÃO DE POSSEIROS AMEAÇADOS...

O bispo de Duque de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, garantiu ontem que sua diocese, "sem comprar ou subornar ninguém, mas com os esforços de todos", apoiará até o fim a ação movida por 59 famílias de posseiros da fazenda Penha-Caixaõ, de 7.311.000 metros quadrados, ameaçadas de despejo pela empresa Etege - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Estudos S.A., que diz ter adquirido a área de Nasira de Freitas e outros. O

"negócio", segundo os posseiros, é ilícito, pois muitos residem no local, com títulos de posse, há mais de 40 anos. Os posseiros vêm recebendo ora ameaças de despejo violento, ora propostas de compra dos seus direitos de posse. Dom Mauro Morelli alertou-os para que não vendam nada a ninguém, pois só unidos terão, na Justiça, a propriedade dos terrenos da fazenda Penha-Caixaõ. O advogado Paulo de Almeida Amaral denunciou ter recebido proposta de Cr\$ 5 milhões "para trair os posseiros". Segundo dom Mauro Morelli e os advogados da diocese, a empresa de Belo Horizonte (MG) pretende fazer especulação imobiliária construindo na área um conjunto de 25 mil casas, e lucrando à custa do despejo dos posseiros. Os posseiros - nenhum com posse inferior a 15 anos - cultivam lavouras de aipim, batata-doce, quiabo, jiló, café, banana e árvores frutíferas e criam galinhas, porcos e outros pequenos animais, para consumo próprio e revenda. As terras localizam-se no 4º Distrito de Duque de Caxias, nas proximidades do km 43 da estrada velha da Petrobrás e do Parque Capivari, no Estado do Rio. (ESP - 20/4/82)

... E INVOCA USUCAPIÃO

O bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, contestou ontem as alegações de que os posseiros da fazenda Penha-Caixaõ, no distrito de Xerem, não poderiam invocar a Lei do Usucapião Especial para garantir na Justiça os seus direitos de posse sobre as terras em que moram e trabalham há muitos anos. Representantes da empresa que se diz proprietária das terras afirmam que o usucapião especial não se aplica às áreas de Segurança Nacional, como é o caso do município de Duque de Caxias. "Isso é absolutamente falso. A Lei do Usucapião é bem clara e só não garante os direitos de posse em terrenos federais públicos que se encontrem em áreas de Segurança Nacional. Em propriedades particulares que estão em municípios de Segurança Nacional a lei se aplica explicitamente" - afirmou d. Mauro Morelli. (FSP - 22/4/82)

SINDICATOS DENUNCIAM SITUAÇÃO DE "BÓIAS-FRIAS"

Denunciando total desrespeito aos direitos humanos, os sindicatos dos trabalhadores rurais de Franca, Ribeirão Preto, Batatais, Patrocínio Paulista, Sales de Oliveira, Cravinhos, Pontal e Ituverava (SP), divulgaram neste fim de semana carta aberta à população. Os integrantes da Comissão Regional dos Sindicatos de Alta Mogiana denunciaram as condições sub-humanas dos "bóias-frias", citando o recente acidente na cidade de Bebedouro, onde perderam a vida 20 trabalhadores e mais 21 ficaram gravemente feridos. Segundo a carta, evidenciou-se mais uma vez o total desrespeito pela vida humana, apesar dos insistentes reclamos do movimento sindical, alegando-se que continua a se dar em nosso País melhor tratamento ao gado que se transporta do que aos trabalhadores, transportados sem as menores condições de segurança ou higiene. A comissão lamentou que os trabalhadores sejam tratados como mercadoria descartável, que se inutiliza quando já não pode prestar serviços. (FSP - 20/4/82)

ÍNDIOS

SEMANA DO ÍNDIO EM MANAUS

Em Manaus (AM), a abertura da Semana do Índio, com palestras em escolas de 1º e 2º graus, destacou os direitos sobre a terra dos ianomamis, ticunas e asurinís em cartilha divulgada pela CNBB, propondo como tema

das comemorações "Paz e terra para os povos indígenas" e como lema, "O índio, aquele que deve viver". Sobre os índios asurinís, a CNBB, que pela primeira vez assume uma posição mais direta em relação ao problema, destaca em seu documento tratar-se de uma nação que há dez anos convive com a comunidade nacional, mas foi vítima de tuberculose e, pressionada pela sociedade e por crises internas da sua cultura, está reduzida a 33 indivíduos. A situação dos tucanos também foi lembrada em palestras nos colégios de Manaus pelo índio Gabriel Gentil, líder da tribo, que exigiu a demarcação de suas terras e denunciou a invasão de sua reserva por garimpeiros caçadores e traficantes, que usam os indígenas em suas atividades ilícitas. Gentil fez um apelo ao presidente Figueiredo para que determine a demarcação da reserva dos tucanos, que já não têm mais terras para o cultivo destinado à sua sobrevivência. (ESP - 20/4/82)

DIA DO ÍNDIO NO MS

O Dia do Índio em Dourados (MS) não foi motivo para comemorações, mas sim para a abertura de inquérito por parte da Polícia Federal na região, que vai apurar as denúncias de dois índios guaranis acusando o chefe do posto da Funai no município, Valdelino Bravin, de ter mandado três paraguaios espancá-los na última sexta-feira. Os indígenas Eleodoro Garcete Viana e Abrão Monteiro foram violentamente agredidos no interior da reserva de Dourados, por três homens identificados como Júlio, Adolfo e Ivo Martins. Bravin colocou os índios agredidos em um veículo e os entregou à Delegacia de Polícia, informando que ambos estavam bêbados e tinham brigado entre si. Ontem, porém, os dois procuraram um jornal da cidade para denunciar o fato, apresentando ainda hematomas em todo o corpo - um deles sofreu lesão num dos olhos e pode ficar cego -, e foram encaminhados ao Departamento de Polícia Federal. Valdelino Bravin é considerado um homem violento pelos índios, segundo confirmou o líder dos guaranis, Cláudio de Souza. (ESP - 20/4/82)

UNIND NA SEMANA DO ÍNDIO

Em São Paulo, onde participa de diversos festejos alusivos à Semana do Índio, o índio tucano Doetiro (Álvaro Fernandes Sampaio), vice-presidente da Unind - União das Nações Indígenas do Brasil, lembrou que o Brasil foi um dos países onde se matou mais índios em toda a América do Sul: de cerca de 5 milhões, na época do descobrimento, restam apenas, hoje, 220 mil. "Mas o massacre físico e cultural continua" - disse Doetiro. "Querem obrigar o índio a ser branco. Aplicam aquelas idéias bestas para ver quem é índio, pela cor da pele, pelo cabelo (critérios de indianidade da Funai). Essa é uma idéia absurda do coronel Ivan Zanoni Hausen, o Golberi da Funai. Ele tem preconceitos contra o próprio índio. Todo mundo sabe que eles cometem injustiças na Funai, só que ninguém tem coragem de dizer." Os problemas para os índios continuarão existindo, segundo o vice-presidente da Unind, mas deverão ser controlados pelo seu próprio povo, através de unidade e organização política, com menos interferência da Funai. "Estamos conscientes de que vamos continuar aos poucos" - prosseguiu o índio tucano. "Temos hoje uma organização a nível nacional (a Unind) e com repercussão até ao nível internacional." "A Unind ainda é jovem e pequena" - concluiu Doetiro. "Foi criada há dois anos, em Campo Grande e hoje congrega 40 e poucas das mais de 180 nações indígenas do Brasil. Cento e sessenta e seis mantêm suas línguas distintas. Mas nosso crescimento é dificultado porque somos nocivos a certos interesses de grupos políticos, empresariais e da própria Funai." (FSP - 20/4/82)

JURUNA PROMETE SÓ FALAR XAVANTE CASO SEJA ELEITO

O cacique Juruna garantiu ontem, Dia do Índio, no Rio, que se for eleito

to deputado federal pelo PDT fluminense sã vai falar no Congresso Nacional em sua língua de origem, o Xavante, para que seu mau português não sirva de pretexto para mal-entendidos. "Se eu for eleito - acrescentou Juruna - vou lutar junto com outros pobres que nem os índios, com os pretos, com os favelados, que eu conheço bem porque tenho vivido igual a eles. Vou lutar pelo direito de salário para o trabalhador, pela escritura da terra do índio, que também é filho de Deus." Participando de um comício do PDT na Cinelândia, Juruna afirmou, diante de cerca de 2 mil pessoas: "O Brasil é do índio e também de vocês, pobres. Ninguém conhece a minha vida, tão angustiada pelos ricos e pelas autoridades militares que mandam neste País. Branco tem direito a ser advogado, marechal ou general. Índio não. Mas o Tribunal (a Justiça) é nosso, é do preto também. Eu vou lutar aqui, vou ser processado aqui, vou ser preso aqui. Se nós todos não gritar (sic), o Diabo toma conta do País. Essa autoridade máu caráter é o Diabo e é por isso que o Governo quer índio calado, obediente. Mas eu vou falar." (FSP - 20/4/82)

CIMI DIZ QUE FUNAI FARÁ EXAME DE SANGUE

A Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas da Funai (Agesp), está elaborando novos critérios de indianidade. Desta vez, a Agesp pretende saber quem é índio no Brasil a partir de exames de sangue que devem ser aplicados em algumas comunidades cuja identidade é duvidosa. A denúncia foi feita ontem pelo secretário geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Ao fazer a denúncia, o missionário informou ainda que os estudos da Agesp atestam uma profunda discordância na Funai, porque ao mesmo tempo que o coronel, presidente do órgão, desaprova os critérios de indianidade, o coronel diretor da Agesp, elabora novos critérios". O presidente da Funai, Paulo Leal, disse ontem que "desconhece" os novos estudos sobre a indianidade. Ao recusar o estudo, o presidente da Funai sustentou o argumento de que "a identidade indígena deve ser averiguada a partir do Estatuto do Índio, que é bastante claro nesse aspecto". (FSP - 20/4/82)

GOVERNADORES CONTRA ÍNDIOS: RO E MT

O Governador de Rondônia, Coronel Jorge Teixeira, afirmou ontem, em entrevista coletiva, que o Brasil mantém "muita terra para pouco índio" e defendeu a redução das reservas já demarcadas para que possam ser aproveitadas em projetos de colonização. Disse que sua posição é a mesma que a do Governador de Mato Grosso, Frederico Campos, e que o Ministro do Interior, e o presidente da Funai, já conhecem bem. Enquanto isso, o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, defendia ontem a necessidade de se conseguir uma solução adequada para os pequenos povos indígenas do país (mais de 100), e criticava o não cumprimento das leis que protegem os índios. Lembrou que nove anos após a criação do Estatuto do Índio, nem um terço das suas terras foram demarcadas pelo Governo, que, na sua opinião, tinha obrigação de demarcá-las em cinco anos. Para o Governador de Rondônia, a Amazônia não pode ser mantida "como um santuário: O Brasil ainda não saiu do litoral, é imprescindível para o progresso" a exploração da área. É preciso acabar com a mística índio, índio, índio..." - concluiu. (JB - 25/4/82)

ATRAÇÃO DO URU-EU-UAU-UAU

Em Porto Velho (RO), os uru-eu-uau-uau, cuja atração foi iniciada em fevereiro de 1980, concordaram em dormir no acampamento "Ari Dal Toé", no rio Juary, a 300 quilômetros da capital. Três índios uau-uau chegaram ao acampamento no final da tarde de domingo e, por sinais - a equipe de atração ainda não conseguiu entender o dialeto da tribo -, indicaram que queriam dormir, sendo então atendidos. Ao meio-dia de ontem, eles

receberam presentes e deixaram no acampamento flechas e arcos, antes de se embrenharem na selva novamente. Segundo a Funai, este foi um sinal de que eles estão dispostos a reatar relações com os membros da equipe, após os episódios ocorridos no mês passado, quando flecharam um sertanista. (ESP - 20/4/82)

INDENIZAÇÃO AOS GAVIÃO

Representantes da Companhia Vale do Rio Doce e o delegado da Funai no Pará vão reunir-se hoje com os índios gaviões, na aldeia de Mãe Maria, em Marabá, para discutir a indenização a ser paga à comunidade pela passagem da ferrovia Carajás-Itaqui no interior da reserva. Os índios querem Cr\$ 56 milhões de indenização pelos 28 alqueires contra a proposta de pouco mais de Cr\$ 48 milhões oferecida pela companhia. Nos últimos quatro meses, tanto a empresa como os índios fizeram um levantamento da área pela qual passará a ferrovia, mas não chegaram ainda a uma definição comum quanto ao valor da indenização. Essa é a segunda obra incluída no programa Carajás que causa problemas aos gaviões: antes, eles man tiveram demorada questão com a Eletronorte, por causa da passagem das linhas de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí pela reserva, que possui grandes plantações de castanha, a principal atividade econômica da comunidade. (ESP - 20/4/82)

MOVIMENTOS POPULARES

JUSTIÇA E PAZ ACHA IDÉIA BOA PREFEITURA DOAR TERRENOS

"A idéia parece boa. Pelo menos é uma demonstração de que a Prefeitura de Osasco não está insensível ao problema social de falta de moradia". Foi assim que o advogado José Gregori e o arquiteto Cândido Malta Campos Filho, respectivamente presidente e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, se referiram, ontem, à iniciativa do prefeito de Osasco (SP), de permitir, através de instrumentos jurídicos adequados, que os favelados usem por tempo indeterminado as terras da municipalidade para a construção de suas casas. Os cerca de 18 mil moradores de 57 favelas instaladas em áreas municipais deverão começar a receber da Prefeitura esta semana os "termos de permissão de uso" dos terrenos e, a partir daí, poderão edificar suas casas. Na opinião do presidente do órgão, "a idéia do prefeito deve ser encarada como uma tentativa, um ponto de partida para se chegar a uma fórmula capaz de minorar a crise da moradia". "Em princípio, a idéia parece boa. Mas nem o próprio prefeito pode dizer agora que a forma que encontrou seja totalmente excelente. Só a prática é que vai dizer se é boa ou não. Se realmente vier a atender à população, se terá colhido uma boa experiência que deverá ser aproveitada e estimulada", afirma o advogado. Ele acha difícil que aconteça de os futuros prefeitos revogarem o decreto, tomando as terras de volta, já que isso poderia produzir uma revolta popular. "E, se na prática as coisas se passarem de forma diferente do que a Prefeitura está idealizando, a coisa vai se destruir por si mesma." (FSP - 20/4/82)

GRUPO SE ORGANIZA PARA CONDOMÍNIO DE CASA PRÓPRIA - SP

Cerca de duzentas pessoas, integrantes de um grupo de mais de quatrocentas famílias do Jardim Brasil, Vila Sabrina, Parque Edu Chaves, Vila Guilherme, Vila Maria e outros bairros da zona norte da capital paulista, reuniram-se, neste fim de semana, para discutir os últimos detalhes

de organização do condomínio que formarão legalmente para comprar da Prefeitura uma área de aproximadamente 58 mil metros na Vila Nova Cachoeirinha. Na área, construirão, com financiamento do BNH e através do sistema mutirão, suas casas próprias, para pagar em 25 anos. A proposta de formação de um condomínio de crédito habitacional disponível, foi apresentada meses atrás às famílias que reivindicavam moradias, pelo engenheiro Guilherme Pinto Coelho, que conheceu e filmou experiências semelhantes no Uruguai. Inicialmente empenhadas em conseguir casas do Pro morar, as famílias assistiram ao filme e se entusiasmaram com a idéia. A idéia para a construção de 360 módulos familiares, é de dividir em grupos de 40 famílias, que darão cada uma um mínimo de 70 horas de trabalho (dividido entre o marido, mulher e filhos com mais de 14 anos), para todas as casas, com material comprado pela comunidade. Os que têm uma profissão ligada à construção civil farão sua parte (encanadores, pedreiros, eletricitistas, etc). Os demais trabalharão como serventes ou receberão cursos rápidos. (FSP - 20/4/82)

IGREJA

FREIRAS SÃO AMEAÇADAS POR DENUNCIAREM TORTURAS

Por se terem apresentado como testemunhas de torturas praticadas por policiais contra presos na Ilha Grande (RJ), duas freiras vêm recebendo ameaças de morte, por telefonemas anônimos. Elas depõem amanhã no Fórum de Angra dos Reis e o Cardeal Eugênio Sales espera - segundo o boletim do Palácio São Joaquim - que "confirmem tudo o que já disseram sobre as torturas". O período de violências contra mais de 50 presos começou em novembro último, após a fuga de um assaltante. Para D. Eugênio, a presença das religiosas na Ilha Grande é um benefício, não só para os detentos, como para a comunidade local. Padre Bruno Trombetta, coordenador da Pastoral Penal, e um advogado acompanharão o depoimento das irmãs Rosa e Maria Emília. (JB - 21/4/82)

ILEGALMENTE BISPO VENDE TERRA DE POSSEIROS

Além de vender a particulares uma área ocupada há dezenas de anos por 90 famílias de posseiros, o bispo de Paranaguá (PR), d. Bernardo Nolker, ofereceu aos compradores uma documentação totalmente irregular. Esta é a conclusão a que chegaram os membros das Comissões Justiça e Paz do Paraná e Pastoral da Terra, além de representantes dos próprios posseiros, ao analisar ontem, num encontro realizado no litoral do Estado, um amplo levantamento da situação das terras feito pelo ITC - Instituto de Terras e Cartografia - órgão do governo estadual. Agora, o próprio ITC, em nome das 90 famílias, vai entrar em juízo com uma ação discriminatória para anulação dos documentos e posterior legalização da situação dos ocupantes. Acredita-se que será tranquila a vitória na Justiça e que, ajuizada a ação, serão automaticamente suspensas as ações de despejo atualmente movidas pelos compradores das terras para desalojar os posseiros. O bispo vendeu a área no começo deste ano ao dono da Agropecuária Canadá, que agora quer desenvolver um projeto turístico no local. O presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná, considerou "uma missão bastante espinhosa" a de ter pela primeira vez que intermediar um litígio em que uma das partes é a própria Igreja. Segundo informações do próprio ITC, algumas famílias receberam ameaças de jangunços da empresa. (ESP - 24/4/82)

PADRE REGINALDO DEVERÁ CUMPRIR PENA

Por maioria de votos, o Superior Tribunal Militar manteve ontem a condenação de um ano de reclusão dada ao padre Reginaldo Veloso de Araújo - processado e julgado pela Justiça Militar com base na Lei de Segurança Nacional. Ele é o autor do hino Vito, Vito, Vitória, feito em protesto à expulsão do padre italiano Vito Miracapillo, em agosto de 1980, e considerado ofensivo ao Supremo Tribunal Federal e a seus ministros. O Superior Tribunal Militar não só rejeitou a tese da incompetência da Justiça Militar para processar e julgar Reginaldo Veloso como lhe negou o pedido de suspensão condicional da pena, embora lhe tenha garantido o direito de recorrer em liberdade. O advogado do acusado informou que o padre não tem intenção de recorrer da decisão do STM, preferindo cumprir a pena. Com isto, assim que for publicada a decisão do STM, passado quinze dias - prazo estabelecido para recurso - o padre deverá ser preso. (ESP - 24/4/82)

CNBB QUER AVALIAR CRESCIMENTO DE SEITAS

A CNBB está remetendo a todos os bispos brasileiros um questionário para avaliação do problema do crescimento de grupos religiosos autônomos, como seitas, igrejas de missionários, templos de bênção e outros. A direção da CNBB, segundo se informou em Brasília, quer saber o que cada diocese está fazendo para enfrentar a proliferação desses grupos religiosos. O problema, segundo a CNBB, preocupa não apenas a Igreja Católica, mas as demais igrejas ecumênicas que acham que estes grupos de religiosos deturpam o Evangelho e fazem o povo alienar-se da realidade. Estas religiões têm ainda, segundo os bispos, explorado a faixa mais pobre da população, obrigando-a a dar constantes contribuições em dinheiro. (ESP - 24/4/82)

MOVIMENTO SUSPEITO CONTRA PADRES FRANCESES

Milhares de panfletos e cartilhas ilustradas com uma série de acusações aos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou estão sendo distribuídos em Belém (PA), assinados pelo Movimento Livre dos Possesores do Araguaia, que usa a sigla MLPA, a mesma do Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia. O uso da mesma sigla foi considerado um golpe para esvaziar o trabalho do outro grupo, integrado por várias entidades, algumas ligadas à Igreja, que defendem a libertação dos padres e dos 13 posseiros presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Na cartilha, os padres franceses são acusados de traidores, porque "no Brasil não é como na Rússia, China, Cuba, Polônia, Albânia ou Laos - aqui todos são livres, até mesmo os padres comunistas. Os panfletos acusam os padres de comunistas e covardes e dizem que "a Justiça saberá puni-los. Vamos ficar livres dos franceses comunistas. São comunistas estrangeiros que querem provocar a luta entre irmãos, a morte e a desgraça. (ESP - 21/4/82)

POLÍTICA NACIONAL

TSE ABRE PARA PDT CADEIA DE RÁDIO E TV

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade, autorizou o PDT a apresentar, no dia 4 de maio, por uma hora, em cadeia nacional de rádio e televisão, o seu programa partidário. O direito das transmissões gratuitas das sessões públicas realizadas pelos Partidos políticos faz parte da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, mas foi suspenso, em 1977,

pelo Presidente Geisel, através do Ato Complementar nº 4. Os ministros do TSE entenderam que o Ato Complementar nº 4 apenas suspendeu provisoriamente as transmissões, não revogando o direito inserido na Lei. (JB - 23/4/82)

SÓ PDT SERÁ BENEFICIADO

O PDT deverá ser o único partido beneficiado pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que lhe concedeu o direito à transmissão em rede nacional, gratuita, de rádio e televisão, para divulgação do programa partidário. Segundo se informou ontem no Tribunal Superior Eleitoral, a solicitação pelo partido interessado deve ser feita pelo menos 30 dias antes da data da sessão. Mas a Lei Orgânica dos Partidos Políticos prevê, também, que em ano eleitoral, essas transmissões não poderão ser efetuadas em prazo inferior a 180 dias antes das eleições. Pelos cálculos dos funcionários do tribunal, esse prazo esgota-se a 15 de maio. E até essa data restam apenas 21 dias. (ESP - 24/4/82)

O PROGRAMA TERÁ TRANSMISSÃO DE 1.600 EMISSORAS

Mais de 1.500 emissoras de rádio e 128 de televisão transmitirão, de 21 às 22 horas do dia 4 de maio, em cadeia nacional, o programa do PDT. "Como em qualquer canto do País sempre existe pelo menos um radiozinho de pilha, potencialmente todos os 120 milhões de brasileiros poderão assistir ou ouvir o programa", explica o superintendente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). O programa do partido de Leonel Brizola será gravado no dia 3, véspera da transmissão, no plenário do Senado Federal, em Brasília. (FSP - 24/4/82)

PROGRAMA EM 1977 CASSOU DEPUTADO OPOSICIONISTA

Três anos depois de os partidos terem sido afastados do rádio e da TV, com o fim da campanha eleitoral de 1974, o MDB voltava a ocupar estes veículos num domingo de 1977, no horário nobre das 20h., para apresentar seu programa. O pronunciamento do partido teve um discurso do líder Alencar Furtado que, três dias depois, pagaria com o próprio mandato - cassado pelo então Presidente Geisel, com base no AI-5 - pelo conteúdo de sua manifestação. No dia 27 de junho de 1977 - há cinco anos, portanto - formava-se pela primeira e última vez no Brasil uma rede nacional de rádio e televisão por requisição do TSE. O parágrafo único do Artigo 118 da Lei Orgânica estabelece, entre outras coisas, que "as emissoras são obrigadas a realizar, para cada um dos Partidos, em rede e anualmente, uma transmissão de 60 minutos em cada Estado ou Território, e duas em âmbito nacional, por iniciativa e sob a responsabilidade dos diretórios regionais e nacionais". (JB - 23/4/82)

IGUALDADE RESTABELECIDADA

Pelo mesmo caminho que o PDT abriu o direito de acesso aos meios de comunicação de massa, a fim de divulgar seu programa, devem seguir, inextinguivelmente, as demais agremiações, três delas oposicionistas - o PMDB, o PT e o PTB - e uma situacionista, o PDS. Em princípio, o uso do dispositivo legal não proporciona debates através das emissoras de televisão e rádio, mas a simples divulgação das idéias programáticas de cada partido durante uma hora, em cadeia nacional. A rigor, confirma-se, na prática, a derrogação da Lei Falcão, que vinha sendo violada sem qualquer problema, por empresas radiofônicas e de televisão, através de debates político-eleitorais entre candidatos a governadores e senadores. O fato de existirem 4 partidos de oposição e apenas um de apoio ao governo, mostra que mesmo a divulgação apenas dos programas partidários é desvantajosa para o governo. Tal circunstância provavelmente levará o

Executivo a alterar a norma legal recém-reativada, porque o Palácio do Planalto, podendo fazê-lo por decurso de prazo, não deverá aceitar que as oposições falem, gratuitamente, quatro vezes por ano, contra apenas uma do PDS. (FSP - 23/4/82)

OUTRAS

FEVEREIRO: CAI EM TODO PAÍS A OFERTA DE EMPREGOS

De acordo com os últimos dados divulgados pela Secretaria de Emprego e Salários do próprio Ministério do Trabalho, o mês de fevereiro encerrou com uma queda geral na oferta de empregos, com relação ao mesmo mês do ano passado, nas 10 principais regiões metropolitanas do país. Uma acentuada retração no setor industrial e no de construção civil foram os fatores que mais influenciaram a queda. As maiores retrações no setor industrial ocorreram em São Paulo (-14,29%); Porto Alegre (-9,73%) e Rio de Janeiro (-9,12%). No setor de construção civil, as incidências negativas mais acentuadas foram as seguintes: Brasília (-22,2%); Rio de Janeiro (-12,55%) e Porto Alegre (-12,23%). O comércio teve uma queda menos acentuada, sendo que apenas o setor de serviços apresentou um desempenho positivo na maioria das principais capitais brasileiras. (JB - 21/4/82)

BRASIL TERÁ FÁBRICA DE MÍSSEIS

A Avibrás Indústria Aeroespacial começa a operar no Brasil, em 1983, a maior fábrica de foguetes bélicos do mundo, com grande parte de sua produção destinada à exportação. Ela é a segunda maior empresa de armamentos do país. A primeira é a Engesa, que já desenvolve em seus blindados leves a tecnologia de sistemas laser para combate noturno. Com 20 anos de atividades, a Avibrás começou com o desenvolvimento de um avião denominado Falcão, projeto abandonado devido ao surgimento da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica. (JB - 25/4/82)

PRESENTADAS PROPOSTAS PARA SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo para as regiões do Centro-Sul, a partir de primeiro de maio próximo, será de Cr\$ 16.596. As regiões Centro-Oeste e Norte terão um salário mínimo de Cr\$ 14.400; e a Nordeste de Cr\$ 13.920. Esta é uma das seis hipóteses proposta pelo ministro do Trabalho ao ministro do Planejamento, e será oficializada assim que este regressar de sua viagem à Europa. Os cálculos são da assessoria econômica do Ministério do Trabalho. O Ministro do Trabalho descartou a possibilidade de reduzir agora para duas as faixas do salário mínimo existente no País, informando que deverá ser mantida a mesma sistemática de reajuste adotada em novembro de 1981, isto é, a concessão de 100% do INPC para as regiões Centro-Sul, 105% para as regiões Centro-Oeste e Norte, e 110% para a região Nordeste. A eliminação da última faixa do salário mínimo será feita no reajuste de primeiro de novembro próximo. O ministro do Trabalho disse que a sistemática adotada continua reduzindo a diferença entre as três faixas, mas a eliminação da última não pode ser efetivada porque "a economia nordestina não suporta, nesse momento, uma elevação muito grande dos custos da mão-de-obra". A unificação das duas faixas implicaria um reajuste de 123% do INPC para o salário mínimo da região Nordeste. (FSP - 21/4/82)

OS INDÍGENAS DO NORDESTE QUEREM SER RECONHECIDOS

A seis quilômetros do centro da cidade de Palmeira dos Índios, noroeste de Alagoas, cerca de 40 líderes representando 11 nações indígenas que vivem no Nordeste se reuniram durante três dias para discutir seus problemas. Reconhecimento da identidade étnica, demarcação de terras, atendimento da saúde e uma escola em cada aldeia foram as principais reivindicações apresentadas pelos líderes dos grupos. Como defesa política eles reivindicam também a criação de um conselho indígena do Nordeste. Discriminados pela sociedade envolvente nos Estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Paraíba, os grupos indígenas nordestinos enfrentam também uma séria crise de identidade. Perderam os costumes, tradições e, com exceção dos Fuini-ô, eles só guardam uma herança de sua língua, as músicas que cantam na dança do "poré". Miscigenados, principalmente com negros, eles são párias de uma sociedade que os chama de "caboclos", explora suas terras e não entende a vida comunitária desses homens e mulheres. No encontro, promovido pela Delegacia Regional da Funai de Recife, eles lamentaram sua condição frente ao delegado. Um representante dos Tingui-Potô, grupo ainda não reconhecido pela Funai, falando baixinho reclamou: "Nós somos índios desprezados. Uma que não temos terras para trabalhar (toda a área ocupada pelo grupo de 300 pessoas não chega a quatro hectares), outra que a Funai fica aí vendo quem é índio, quem tem tradição. Todo mundo sabe quem é índio no Nordeste e todo mundo sabe que índio do Nordeste foi massacrado, foi escravo. Agora a Funai manda pesquisador. A gente não quer pesquisador para saber se a gente é índio. A gente quer é ajuda da Funai", disse o líder Tingui. A questão de identidade é parte do documento final do encontro. São dois documentos: o primeiro com reivindicações à Delegacia Regional e outro, a ser entregue ao presidente da Funai, e ao ministro do Interior, com reivindicações gerais. No documento que deve ser entregue às autoridades em Brasília eles solicitam não apenas a "urgente demarcação da terra", como também o "direito dos índios dizerem quem é e quem não é índio e a assistência reconhecendo os povos indígenas, que por processo falho e criterioso de determinados funcionários da Funai, tem hoje sua identidade étnica contestada". A questão da identidade fundamental para reconhecimento do território ocupado, faz parte da assistência que eles solicitam. Os Uassu de Cocal (AL), os Tingui-Botô, também de Alagoas e os Trucá, da ilha de Assunção (Pernambuco) reclamam o direito de serem índios. Deodato, dos Trucá, não discute sua identidade. "Sou índio há muito tempo", diz ele sem alterar a voz e, na sessão plenária, não chegou sequer a se referir ao problema de identidade, ponto indiscutível para a sua comunidade. "Nosso problema - afirmou - é terra". A frase "nosso problema é terra" foi repetida pelos Trucá, Tingui, Uassu, Quiriri, Fulni-ô, Caimbé-Massarará, Pancararu, Tuxá. O representante Potiguará, Antônio Barbalio, preferiu dizer que está tudo bem e, completando a frase, disse: "Estou com a Funai e não abro nem por um trem". Além desses pontos, os índios querem escola. Eles se sentem constrangidos de mandar as crianças estudar na cidade, onde são discriminados. É o cacique dos Chucuru-Cariri, Celestino, chegou a perguntar: "Será que nunca vamos ter uma faculdade para os índios? Será que índio nunca pode ser acadêmico?" Escolas, terra garantida e médico para as aldeias é tudo o que essas 22 mil pessoas pedem à Funai. (FSP - 26/4/82)